

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH  
CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR**

CNPJ 23.453.830/0017-37

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2021 E 2020 - Em Reais (R\$)				
	Nota	2021	2020	
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>
<b>Circulante</b>		<b>19.521.490</b>	<b>16.402.126</b>	<b>Circulante</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.747.682	12.002.569	Fornecedores
Contas a receber	5	2.957.255	2.957.255	Obrigações trabalhistas
Estoques	6	1.633.011	1.253.492	Obrigações sociais
Adiantamento a funcionário		36.782	50.199	Obrigações fiscais
Outros créditos		104.469	123.770	Outras contas a pagar
Despesas antecipadas		42.291	14.841	Partes relacionadas
<b>Não Circulante</b>		<b>7.566.181</b>	<b>6.530.381</b>	<b>Não Circulante</b>
Partes relacionadas	9	1.850.000	1.850.000	Receitas diferidas
Imobilizado próprio	7	1.359.586	-	<b>Patrimônio Líquido</b>
Imobilizado - gestão pública	7	4.181.382	4.376.109	Patrimônio social
Intangível - gestão pública	8	175.213	304.272	Superávit acumulado
<b>Total do Ativo</b>		<b>27.087.671</b>	<b>22.932.507</b>	<b>Total do Passivo e do Patrim.Líquido</b>
				<b>27.087.671</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 - Em Reais (R\$)**

	Nota	2021	2020
<b>Receitas Operacionais</b>	<b>15</b>	<b>39.687.056</b>	<b>31.402.382</b>
Serviços prestados pacientes SUS		39.687.056	36.187.057
(-) Reversão contrato de gestão		-	(4.784.675)
<b>Custos</b>		<b>(30.992.560)</b>	<b>(22.509.591)</b>
Pessoal e encargos		(9.606.059)	(7.107.754)
Serviços de terceiros		(17.879.730)	(12.731.168)
Materiais e medicamentos		(3.506.771)	(2.670.669)
<b>Despesas</b>		<b>(5.967.132)</b>	<b>(4.426.273)</b>
Pessoal e encargos		(2.401.515)	(1.776.939)
Despesas gerais e administrativas	16	(3.223.413)	(2.479.697)
Depreciação/amortização		(818.409)	(741.117)
Impostos, taxas e contribuições		(16.956)	(39.390)
Outras receitas e despesas operacionais		493.161	610.870
<b>Financeiras, Líquidas</b>		<b>540.504</b>	<b>355.303</b>
Receitas financeiras		562.326	376.295
Despesas financeiras		(21.822)	(20.992)
<b>Superávit do Exercício</b>		<b>3.267.868</b>	<b>4.821.821</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 - Em Reais (R\$)**

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>8.963.429</b>	<b>11.728.175</b>	<b>20.691.604</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	11.728.175	(11.728.175)	-
Ajustes patrimoniais	(10.215.325)	-	(10.215.325)
Transferências	47.373	-	47.373
Superávit do exercício	-	4.821.821	4.821.821
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>10.523.652</b>	<b>4.821.821</b>	<b>15.345.473</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	4.821.821	(4.821.821)	-
Ajustes patrimoniais (nota 15)	(557.606)	-	(557.606)
Superávit do exercício	-	3.267.868	3.267.868
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>14.787.867</b>	<b>3.267.868</b>	<b>18.055.735</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 - Em Reais (R\$)**

**1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:** O Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado, que contempla o CER IV, CEO II e a oficina ortopédica. O complexo presta serviços de assistência médica, odontológica, reabilitação, capacitação, oficinas para produção de próteses, serviços de apoio e diagnósticos. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. **b) Contrato de Gestão:** O contrato de gestão do Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) foi firmado em 22 de novembro de 2017, porém as atividades foram iniciadas em 08 de março de 2018 e o atendimento ao público em 18 de junho de 2018. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), realiza a gestão por meio de contrato nº 002/SES-PA/2017, vigente até 21 de novembro de 2022. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. E reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 14 de março de 2022. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação

acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2021 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem

continua...

...continuação

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH  
CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR**

CNPJ 23.453.830/0017-37

a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Impactos da COVID-19 nas Operações:** A Administração da Entidade continua adotando medidas que julga necessárias para mitigar e/ou minimizar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) Medidas de preservação de caixa, através de redução de custos possíveis dentro da estrutura atual e do adequado cumprimento do convênio com a SESP, de forma que tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações enquanto houver restrições econômicas, sociais e riscos de entrega de insumos e fornecimento derivadas da pandemia; (ii) manutenção da estrutura de home office para parte de seus colaboradores enquanto for necessário, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades governamentais. A Administração analisa suas perspectivas sobre os efeitos econômicos da disseminação do COVID-19 no País, considerando que apesar de não ter sido eleito pela SESP como referência para atendimento à COVID-19, as operações do Hospital ainda podem ser impactadas, em 2022, por eventual nova fase de restrições impostas pelas autoridades governamentais ou pela necessidade de aumento de carga horária de atendimento ou obtenção de novas fontes de recursos para viabilizar possíveis atendimentos de urgência. Apesar dos possíveis impactos, a Administração julga que o relacionamento com o Ente Público favorece o recebimento de recursos e estrutura em tempo para eventuais solicitações de atendimento de urgência, portanto, optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis.

	2021	2020
Caixa	1.000	1.000
Banco conta movimento	1.882.071	1.277.438
Aplicações em CDB	12.864.611	10.724.131
	<b>14.747.682</b>	<b>12.002.569</b>

Contrato de Gestão	Ap. Med e cirurgia		Eqptos. de informática		Inst.	Maqs. e eqptos	Mov. e Utensílios	Mov. Utens. Hosp	Veículos	Eqptos Pedag.	Total
	10%	10%	10%	10%							
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>125.145</b>	<b>1.139</b>	<b>52.232</b>	<b>23.640</b>	<b>2.692.475</b>	<b>1.238.350</b>	<b>169.605</b>	<b>231.830</b>	<b>85.755</b>	<b>4.620.171</b>	
Aquisição	51.490	-	-	6.185	208.779	65.577	35.965	-	-	367.996	
Depreciação	(15.908)	(48)	(12.358)	(3.274)	(326.899)	(149.612)	(20.673)	(72.966)	(10.320)	(612.058)	
<b>Saldo final</b>	<b>160.727</b>	<b>1.091</b>	<b>39.874</b>	<b>26.551</b>	<b>2.574.355</b>	<b>1.154.315</b>	<b>184.897</b>	<b>158.864</b>	<b>75.435</b>	<b>4.376.109</b>	
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>160.727</b>	<b>1.091</b>	<b>39.874</b>	<b>26.551</b>	<b>2.574.355</b>	<b>1.154.315</b>	<b>184.897</b>	<b>158.864</b>	<b>75.435</b>	<b>4.376.109</b>	
Aquisição	-	-	-	-	352.476	94.019	14.794	-	5.047	466.336	
Baixa	-	-	-	-	-	(2.302)	-	-	-	(2.302)	
Depreciação	(19.341)	(121)	(12.358)	(3.326)	(358.030)	(159.472)	(22.574)	(72.966)	(10.573)	(658.761)	
<b>Saldo final</b>	<b>141.386</b>	<b>969</b>	<b>27.516</b>	<b>23.225</b>	<b>2.568.801</b>	<b>1.086.560</b>	<b>177.117</b>	<b>85.898</b>	<b>69.909</b>	<b>4.181.382</b>	

8. Intangível: Contrato de Gestão	Direito de uso		Software		Total
	20%	20%	20%	20%	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>					
Saldo inicial	49.635	355.555	405.190		405.190
Aquisição	28.140	-	28.140		28.140
Amortização	(13.287)	(115.772)	(129.059)		(129.059)
<b>Saldo final</b>	<b>64.488</b>	<b>239.783</b>	<b>304.271</b>		<b>304.271</b>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>					
Saldo inicial	64.488	239.783	304.271		304.271
Aquisição	-	-	-		-
Amortização	(13.287)	(115.771)	(129.058)		(129.058)
<b>Saldo final</b>	<b>51.201</b>	<b>124.012</b>	<b>175.213</b>		<b>175.213</b>

**9. Partes Relacionadas:** Em 2021 e 2020, o montante a receber de R\$ 1.850.000,00, refere-se a contas a receber com hospital relacionado sob a mesma gestão. O saldo a pagar de R\$ 141.557 (R\$ 166.890 em 2020) refere-se a serviços laboratoriais prestados por hospitais relacionados sob a mesma gestão, bem como serviços da gestão.

	2021	2020
<b>10. Fornecedores</b>		
Materiais e medicamentos	213.380	94.717
Serviços	1.019.416	669.386
Serviços médicos	536.426	435.964
Diversos	208.974	168.043
	<b>1.978.196</b>	<b>1.368.110</b>

	2021	2020
<b>11. Obrigações Trabalhistas</b>		
Ordenados e salários a pagar	611.030	466.016
Provisão de férias	809.538	572.094
Provisão FGTS s/férias	64.508	45.543
	<b>1.485.076</b>	<b>1.083.653</b>

	2021	2020
<b>12. Obrigações Sociais</b>		
INSS a recolher	59.624	50.661
FGTS a recolher	91.450	69.058
IRRF s/ folha a recolher	77.556	56.642
	<b>228.630</b>	<b>176.361</b>

**13. Receitas Diferidas:** Em 2021, foi utilizado o montante de R\$ 464.034, sendo adquirido com a verba residual de 2020. O saldo demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2021, refere-se à entrada recurso para imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2021	2020
Imobilizado - contrato de gestão	6.333.997	5.869.964
Intangível - contrato de gestão	645.293	645.293
<b>Total investido em ativo</b>	<b>6.979.291</b>	<b>6.515.257</b>
Depreciação/amortização acumulada	(2.622.695)	(1.834.896)
Total imobilizado/intangível líquido (+) Saldo para investimento	4.356.575	4.680.361
<b>Receita diferida</b>	<b>5.084.761</b>	<b>4.703.873</b>

**14. Provisão para Contingência e Depósitos Judiciais:** A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Trabalhistas. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2021	2020
Trabalhista	42.000	6.659
	<b>42.000</b>	<b>6.659</b>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. **5. Contas Receber:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 21/11/2022.

	2021	2020
Contrato 002/2017 - SESP	2.957.255	2.957.255
	<b>2.957.255</b>	<b>2.957.255</b>
<b>6. Estoques</b>		
Drogas e Medicamentos	114.007	27.474
Diets Enterais e Parenterais	513	513
Fios Cirúrgicos	-	817.899
Filmes e Químicos	208.825	49.750
Materiais de uso do paciente	951.854	184.782
Produtos de Limpeza	87.040	48.152
Materiais de Laboratório	430	49.750
Demais materiais	270.342	75.172
	<b>1.633.011</b>	<b>1.253.492</b>

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. Imobilizado	Maquinas e Equip.		Móveis e Utens.		Eqptos Pedag.	Cons-trução	Total
	10%	10%	10%	0%			
<b>Saldo em 31/12/2021</b>							
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição	547.358	41.222	7.885	793.710	-	-	1.390.175
Depreciação	(29.191)	(873)	(525)	-	-	-	(30.589)
<b>Saldo final</b>	<b>518.167</b>	<b>40.349</b>	<b>7.360</b>	<b>793.710</b>			<b>1.359.586</b>

8. Intangível: Contrato de Gestão	Direito de uso		Software		Total
	20%	20%	20%	20%	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>					
Saldo inicial	49.635	355.555	405.190		405.190
Aquisição	28.140	-	28.140		28.140
Amortização	(13.287)	(115.772)	(129.059)		(129.059)
<b>Saldo final</b>	<b>64.488</b>	<b>239.783</b>	<b>304.271</b>		<b>304.271</b>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>					
Saldo inicial	64.488	239.783	304.271		304.271
Aquisição	-	-	-		-
Amortização	(13.287)	(115.771)	(129.058)		(129.058)
<b>Saldo final</b>	<b>51.201</b>	<b>124.012</b>	<b>175.213</b>		<b>175.213</b>

**15. Patrimônio Social:** O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão. Os ajustes patrimoniais realizados em 2021 referem-se substancialmente ao consumo da oficina ortopédica, no montante de R\$ 554.836, identificados em conciliação realizada pela Administração.

	2021	2020
<b>16. Despesas Gerais e Administrativas</b>		
Serviços de gestão	(1.947.586)	(1.424.472)
Energia elétrica	(689.689)	(573.251)
Aluguel de máquinas	(56.196)	(114.525)
Manutenção e conservação	(1.875)	(20.040)
Viagens e hospedagens	(48.607)	(59.491)
Outros	(479.460)	(287.918)
	<b>(3.223.413)</b>	<b>(2.479.697)</b>

**17. Renúncia Fiscal:** A Entidade aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros,3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.

	2021	2020
Cota patronal	1.904.232	1.335.993
Terceiros	552.227	387.438
RAT/SAT	190.423	133.599
<b>Total INSS</b>	<b>2.646.882</b>	<b>1.857.030</b>
COFINS	1.190.612	1.084.212
<b>Total Renúncia Fiscal</b>	<b>3.837.494</b>	<b>2.941.242</b>

**18. Cobertura de Seguros:** Em 2021, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **19. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2021	2020
Aplicações financeiras	12.864.611	10.724.131
Contas a receber	2.957.255	2.957.255
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>15.821.866</b>	<b>13.681.386</b>
Fornecedores	1.978.196	1.368.110
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>1.978.196</b>	<b>1.368.110</b>

**20. Gestão de Risco:** A Entidade possui exposição aos seguintes riscos ad-

continua

...continuação

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH  
CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR**

CNPJ 23.453.830/0017-37

vindos de instrumentos financeiros. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **Risco de liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **Risco de operacional:** **Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Entidade:** Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de recebimento ou atrasos no recebimento dos recursos do contrato de gestão por recessão econômica e redirecionamento de gastos do Ente Público; (ii) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e ma-

teriais para tratamento e contenção da COVID-19, caso o Hospital seja eleito como ponto de referência para atendimento da doença, o que pode levar a desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxos de caixa; (iii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva, por tempo indeterminado; e (iv) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2021, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras que possam deteriorar o ambiente econômico, social e de saúde, podem levar a Entidade a rever suas estimativas de fluxo de caixa futuro e, eventualmente, podem requerer novas requisições de recursos e estrutura junto ao Ente Público. **21. Eventos Subsequentes: a) Impactos da COVID-19 para 2022:** A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis. Belém - PA, 14 de março de 2022.

Paola Alejandra Valenzuela Reyes - CPF: 200.671.668-90 - Diretora Executiva

Maíara Cardoso da Silva Cravo - Contadora - CRC PA - 019966/O

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação - CIIR. Belém - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 14, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **• Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento e renegociação com ente público e das incertezas econômicas provenientes dos impactos da COVID-19. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. (iv) Análise sobre eventuais discussões e negociações com Ente Público acerca de impactos da COVID-19 no fluxo de pagamentos do contrato de gestão pactuado. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SESP/PA como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(C), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 11 de março de 2021, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 3, a Entidade vem acompanhando a evolução de contágio e definições sobre restrições de atividades e circulação, promovendo a manutenção de sua estrutura para atendimentos emergenciais relacionados ao COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 14 de março de 2022. **Planners Auditores Independentes** - CRC.SP. nº 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398 - CNAI PJ 000219; **Heitor Piovam** - Contador CRC 1SP 331.721/O-0 - Auditor Independente - CNAI 6.199.

Protocolo: 772192